

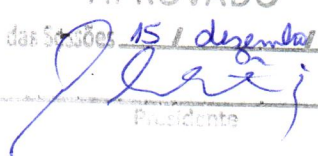


**CÂMARA MUNICIPAL
DE CAMPO LARGO**

PARECER CONJUNTO

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE**

Matéria: Emenda Supressiva ao Projeto de Lei nº 82/2025

APROVADO
Data das Sessões 15 / dezembro / 2025

Presidente

Data: 15 de dezembro de 2025

Autoria: Vereadores Alexandre Guimarães, André Gabardo, Athos Martinez, Tomazina, Genésio da Vital, Luiz Scervenski, Rogério da Viação, Polaco Preto, Rafael Freitas, Sensei Clovis, Rogério das Tintas, Sargento Leandro Chrestani, Junior Andreassa e Victor Bini.

Súmula: "EMENDA SUPRESSIVA AO PLE Nº 82/2025, CUJA SÚMULA "ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NOS PERÍMETROS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, CONFORME ESPECÍFICA".."

As Comissões de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, Obras e Serviços Públicos e Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, passam a analisar a Emenda Supressiva apresentada ao Projeto de Lei do Executivo nº 82/2025, que altera a Lei Municipal nº 3.001, de 19 de dezembro de 2018, a qual dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo nos perímetros urbanos do Município de Campo Largo.



**CÂMARA MUNICIPAL
DE CAMPO LARGO**

I – RELATÓRIO

A Emenda Supressiva em exame propõe a **supressão integral da Observação nº 21 constante do “Quadro II – Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo – Zona Residencial 2 (ZR2)”**, apenso ao Projeto de Lei do Executivo nº 82/2025.

Conforme a justificativa apresentada, a referida observação institui restrição fundada exclusivamente no porte do empreendimento, criando vedação genérica baseada em critério meramente dimensional, sem a devida correlação direta com impactos urbanísticos ou ambientais efetivos.

II – PARECER

a) Comissão de Justiça e Redação

Sob o aspecto da legalidade e constitucionalidade, a Emenda não apresenta vícios formais ou materiais. A proposta encontra amparo nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como na Lei Federal nº 13.874/2019 (Declaração de Direitos de Liberdade Econômica), que impõe à Administração Pública o dever de evitar o abuso do poder regulatório e a criação de entraves desnecessários ao exercício de atividades econômicas.

A supressão da Observação nº 21 não elimina mecanismos de controle, uma vez que permanecem vigentes as exigências de licenciamento ambiental, Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e demais critérios técnicos previstos na legislação municipal.

b) Comissão de Finanças e Orçamento

Do ponto de vista orçamentário e financeiro, a Emenda não gera impacto negativo às finanças públicas municipais. Ao contrário, a retirada de barreira regulatória desproporcional pode favorecer o desenvolvimento econômico local,



**CÂMARA MUNICIPAL
DE CAMPO LARGO**

ampliar a base de contribuintes, estimular investimentos e fomentar a geração de emprego e renda, sem acarretar aumento de despesas ao erário.

c) Comissão de Obras e Serviços Públicos

No âmbito urbanístico, verifica-se que o Município já dispõe de instrumentos técnicos adequados para o controle da ocupação do solo e dos impactos decorrentes dos empreendimentos, tais como parâmetros urbanísticos, análise técnica individualizada e condicionantes específicas. A vedação automática baseada apenas no porte do empreendimento mostra-se redundante frente aos mecanismos já existentes e pode comprometer a adequada dinâmica urbana.

d) Comissão de Meio Ambiente

Sob a ótica ambiental, a supressão da Observação nº 21 não implica flexibilização indevida da proteção ambiental, pois permanecem plenamente aplicáveis as exigências de licenciamento ambiental, bem como os estudos e condicionantes necessários para atividades potencialmente poluidoras. O controle ambiental continuará sendo exercido com base no impacto efetivo da atividade, e não em critério abstrato de dimensão.

III – CONCLUSÃO

As Comissões competentes, em reunião extraordinária realizada no dia 15 de dezembro de 2025, opinaram pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela **ADMISSIBILIDADE** da Emenda Supressiva apresentada ao Projeto de Lei do Executivo nº 82/2025.

Plenário da Câmara Municipal, 15 de dezembro de 2025.



**CÂMARA MUNICIPAL
DE CAMPO LARGO**

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO

As Comissões competentes, em reunião extraordinária realizada no dia 15 de dezembro de 2025, opinaram pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela **ADMISSIBILIDADE** da Emenda Supressiva apresentada ao Projeto de Lei do Executivo nº 82/2025.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

ANDRÉ GABARDO
Presidente

VICTOR BINI
Relator

POLACO PRETO
Membro

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

POLACO PRETO
Presidente

SARGENTO LEANDRO CHRESTANI
Relator

GENÉSIO DA VITAL
Membro



**CÂMARA MUNICIPAL
DE CAMPO LARGO**

COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



TOMAZINA

Presidente



GENÉSIO

GENÉSIO DA VITAL

Relator



ROGÉRIO DA VIAÇÃO

Membro

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE



RAFAEL FREITAS

Presidente



SARGENTO LEANDRO CHRESTANI

Relator



LUIZ SCERVENSKI

Membro